

Desmatamento, demarcação, desinformação

Alexandra Ozorio de Almeida | DIRETORA DE REDAÇÃO

A cobertura jornalística sobre as mudanças climáticas, em geral, e a contribuição do desmatamento da Amazônia, especificamente, são difíceis porque as notícias raramente são boas. As próprias medidas não são fáceis de absorver – vão dos milhares de quilômetros quadrados de área desflorestada a décimos de grau Celsius em aumento de temperatura – e os avanços concretos são poucos. Mesmo assim, a urgência do tema impõe a pauta.

Grandes áreas de floresta como a Amazônia produzem gases de efeito estufa, mas também consomem, e no balanço em condições normais as absorções ultrapassam as emissões. A urgência que coloca esse tema novamente no destaque principal de *Pesquisa FAPESP* é a comprovação de que os pratos da balança se inverteram: o volume de dióxido de carbono liberado pelo desmatamento da floresta amazônica nos últimos anos tem superado aquele que as árvores retiram do ambiente para realizar fotossíntese. Isso já havia sido verificado na parte da Amazônia conhecida como arco do desmatamento, em sua porção leste, mas agora também foi mensurado na parte oeste, mais preservada. Os resultados de longa e cuidadosa pesquisa feita por uma equipe de várias instituições são apresentados na reportagem de capa (*página 16*).

A demarcação de terras indígenas na região amazônica é reconhecidamente uma importante forma de preservar o bioma, além de ser um direito dos povos originários previsto na Constituição. Um pré-requisito importante desse processo é o mapeamento dos povos originários em território brasileiro. A antropóloga Marta Maria

Azevedo é pioneira na demografia indígena no país, tendo colaborado para incluir quesitos de língua e etnia nos setores censitários que coincidem com terras indígenas. No Censo em curso, ela prevê a identificação de 400 povos. Em entrevista, a pesquisadora do Núcleo de Estudos de População da Unicamp conta de seu trabalho com educação indígena e das dificuldades que enfrentou ao observar, nos anos 1990, que os povos nativos da região do rio Negro estavam em recuperação populacional, e não em extinção (*página 26*).

A existência e a gravidade das mudanças climáticas provocadas por ação humana são alvos preferidos dos negacionistas. A variedade de negacionismos é objeto de livro que reúne 112 verbetes sobre essa prática, definida pelos organizadores (pesquisadores da Uerj e da UFPE) como “processos coletivos que buscam de forma organizada desqualificar a ciência com interesses que podem ser políticos, econômicos e morais, por exemplo”. Com ênfase no Brasil, mas em diálogo com o contexto mundial, a obra tristemente atual é objeto de reportagem na página 82.

Nesse universo de disseminação da desinformação, uma arma cada vez mais utilizada é a de *deepfakes*, isto é, imagens, vídeos e áudios alterados com inteligência artificial. Parceria entre pesquisadores brasileiros e de Hong Kong criou um algoritmo que identifica se houve manipulação de rostos e quais regiões foram mudadas (*página 68*). As adulterações maliciosas foram identificadas em 88% dos vídeos de baixa resolução e em 95% dos vídeos com resolução mais alta, de 112 mil faces testadas.